



Governo do Estado de São Paulo  
Polícia Civil do Estado de São Paulo  
DEINTER 7-Divisão de Administração-Núcleo Sup. Patrim. e Subfrota

EDITAL

Nº do Processo: 058.00006456/2026-29

Interessado: DEINTER 7-Divisão de Administração-Núcleo Sup. Patrim. e Subfrota

Assunto: PE 02/2026 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA

PREGÃO ELETRÔNICO 90002/2026

CONTRATANTE (UASG) (180106)

OBJETO: Contratação de aquisição de materiais de Informática para Deinter 7 - Sorocaba

VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO :

R\$ 316.962,90 (trezentos e dezesseis mil novecentos e sessenta e dois reais e noventa centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA Dia 18/05/2026 às 08h00 (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço

Modo de disputa:  
fechado /aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS SIM itens 1,2,3,5,6,7,8  
\* Item 04 não possui preferência

Sumário

- [1. DO OBJETO](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [11. DOS RECURSOS](#)
- [12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE SÃO PAULO INTERIOR – DEINTER 7 - SOROCABA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

(Processo Administrativo nº058.00006456/2026-29)

Torna-se público que o(a) POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO, por meio do(a) NÚCLEO DE SUPRIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE SÃO PAULO INTERIOR – DEINTER 7 – SOROCABA sediado(a) NA RUA SYLVIO CAMPOLIM, 545 – JD. AMÉRICA – SOROCABA/SP realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA DEINTER 7 - SOROCABA [ESPI] conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI[[ESP2](#)].*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para os [\[ESP3\]](#) itens 01.,02,03,05,06,07e08 a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).*

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.5.2. *Para os item 04, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. *aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente*[[ESP4](#)].

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).*

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento[[ESP5](#)].

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço do item que pretende fornecer* (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública[[ESP6](#)].

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10[[ESP7](#)]) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10[ESP8]) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10[ESP10]).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) [ESP11] [ESP12].

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública[ESP13].

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances[ESP14].

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances[ESP15].

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário[ESP16] e total do item(s) que pretende(m) ofertar;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante; e especificar as características do produto, atentar-se aos dados mínimos solicitados de cada produto

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital., colocar data e assinar o documento

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto lícitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta[ESP17]) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da [Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato[ESP18].

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública[ESP19].

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital[ESP20]) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de

6.9. **Item 01 – TECLADO P/ CPU R\$ 01,00 (UM REAL) .**

6.10. **Item 02 – MOUSE OPTICO R\$ 00,55 (CINQUENTA E CINCO CENTAVOS) .**

6.11. **Item 03 – PEN DRIVE 256 GB R\$ 03,00 (TRES REAIS) .**

6.12. **Item 04 – DISCO RIGIDO HD EXTERNO 12TB R\$ 32,00 (TRINTA E DOIS REAIS) .**

6.13. **Item 05 – DISCO SSD 2TB R\$ 24,00 (VINTE E QUATRO REAIS) .**

6.14. **Item 06 – MONITOR LED R\$ 15,00 (QUINZE REAIS)**

6.15. **Item 07 – MIDIA BLUE RAY R\$ 00,50 ( CINQUENTA CENTAVOS )**

6.16. **Item 08 – NOBREAK R\$ 270,00 (DUZENTOS E SETENTA REAIS) .**

6.17. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.18. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.19. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.19.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.19.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.19.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

6.19.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.19.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.20. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.21. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.22. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.23. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.24. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.25. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta[ESP31] .

6.26. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006 [ESP32] .*

6.26.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.26.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.26.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.26.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.26.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.27. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.27.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.27.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.27.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.27.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.27.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.27.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.27.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.27.2.2. empresas brasileiras;

6.27.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.27.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.27.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.27.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo[ESP33] (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.28.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.28.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.28.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.28.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas[ESP34] , envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.28.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.29. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar [\[ESP35\]](#).

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital [\[ESP36\]](#).

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8 [\[ESP37\]](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. *Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta [\[ESP38\]](#).*

7.10.1. *O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) [\[ESP39\]](#).*

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.13. *Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta [\[ESP40\]](#).*

7.13.1. *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

7.13.2. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

7.13.3. *Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.*

7.13.3.1. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que*



integra este Edital como Anexo.

7.14. Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta<sup>[ESP41]</sup>.

7.14.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14.3. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.14.3.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz<sup>[ESP42]</sup>.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ( Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas<sup>[ESP43]</sup>, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor<sup>[ESP44]</sup>.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ( Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1<sup>[ESP45]</sup>.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5<sup>[ESP46]</sup>.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração<sup>[ESP47]</sup>.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital<sup>[ESP48]</sup>.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

9.2

# 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10.2.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação [\[ESP49\]](#).

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico* [\[ESP50\]](#) [adm.deinter7@policiacivil.sp.gov.br](mailto:adm.deinter7@policiacivil.sp.gov.br)

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

*12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou* [\[ESP51\]](#)

*12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;*

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação **no** prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

*12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada* [\[ESP52\]](#);

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

*12.4. 12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:*

*(1) Multa Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;*

*a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe*

o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021:

(3) *Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 10% a 20% do valor do Contrato;*

(4) *Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 10% a 20% do valor do Contrato;*

(5) *Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;*

(6) *Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;*

(7) *Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;*

(8) *Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato .*

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação [\[ESP53\]](#) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

## 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s)* [\[ESP54\]](#) [adm.deinter7@policiacivil.sp.gov.br](mailto:adm.deinter7@policiacivil.sp.gov.br) As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.2.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.3. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet* [\[ESP55\]](#) [adm.deinter7@policiacivil.sp.gov.br](mailto:adm.deinter7@policiacivil.sp.gov.br) sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.5. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.6. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).



- 14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14. [2\[ESP56\]](#).
- 14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo [\[ESP57\]](#).
- 14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).
- 14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.
- 14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
- 14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;
- 14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;
- 14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
- 14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:
- 14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;
- 14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da [Lei nº 8.078, de 1990](#), e princípios gerais dos contratos;
- 14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;
- 14.2.2.3.7. de que serão observados a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), e as vedações constantes do [Decreto estadual nº 68.829, de 2024](#), e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.
- 14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no [sítio eletrônico\[ESP58\] adm.deinter7@policiacivil.sp.gov.br](#)
- 14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.16.2. ANEXO II –/[Minuta de Nota de Empenho];
- 14.16.3. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

Sorocaba , 27 de Abril de 2026.

Wilson Roberto Negrão de Almeida Barros  
Delegado de Polícia Diretor

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA[ESP60]

TERMO DE REFERÊNCIA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE SÃO PAULO INTERIOR – DEINTER 7 - SOROCABA [ESP61] (Processo Administrativo nº058.00006459/2026-29)

15. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

15.1. Aquisição de[ESP62] Material de Informática , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM[ESP63]	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	<b>TECLADO P/CPU</b> plug and play, na cor preta; teclas de função na posição horizontal, quiet touch, a prova de líquidos; disposição das teclas padrão Abnt2, co no mínimo 107 teclas, layout para o windows, Impressão a Laser; com conector Usb; teclas em perfil profundo, altura ajustável, teclado numérico, largura mínima 45cm, altura mínima 15cm, comprimento do cabo: mínimo de 150mm, garantia mínima 12 meses.	451819	UNIDADE	50	R\$ 59,90	R\$ 2.995,00
2	<b>MOUSE ÓPTICO</b> confeccionado em plástico; cor preta, óptico com fio; sensor óptico de 1600 DPI, com 3 botões, incluindo Scroll Wheel; ambidestro e ergonômico, compatível com Windows 7, 10 ou versões superiores; com conector Usb 2.0; Tamanho do cabo: mínimo de 1,80 metros plug and play, garantia mínima 12 Meses.	457752	UNIDADE	50	R\$ 37,19	R\$ 1.859,50

<b>3</b>	<b>PEN DRIVE 256GB</b> 256GB, Velocidade: USB 3.2 Gen 1, com proteção na tampa para proteger o plugue USB, Velocidade de leitura: até 70 MB/s, Velocidade de gravação: até 10 MB/s, com garantia mínima 12 meses	434326	UNIDADE	120	R\$ 179,00	<b>R\$ 21.480,00</b>
<b>4</b>	<b>DISCO RÍGIDO: HD EXTERNO – 12TB</b> tecnologia do HD – disco rígido mecânico, interface HD: USB 3.0, capacidade de armazenamento e velocidade de rotação 7200 RPM, conexão USB, com cabo Usb 3.0 de no mínimo 120 cm, com fonte de alimentação; garantia mínima de 12 meses.	602371	UNIDADE	72	R\$ 2055,00	<b>R\$ 147.960,00</b>
<b>5</b>	<b>DISCO SSD</b> Disco rígido, padrão SSD, externo, capacidade de Armazenamento: 2TB, Velocidade de Leitura: 2.000 MB/s, Velocidade de Gravação: 2.000 MB/s, Suporte Sistema Operacional: Windows e macOS, Com Interface de Conexão USB 3.2 Gen 2x2 (20Gb/s), USB 3.0, USB 2.0, Entradas Saídas: 1x USB-C (USB 3.1/3.2 Gen 2), Garantia mínima de 12 meses.	486471	UNIDADE	30	R\$ 1599,99	<b>R\$ 47.999,70</b>

6	<b>MONITOR DE LED</b> de 23,8 polegadas, com resolução Full HD+ de 1920x1080 pixels, taxa de atualização de 75Hz e proporção Widescreen 16:9, com painel do tipo IPS, com superfície plana (flat), brilho: mínimo de 200 cd/m², contraste de 1000:1, tempo de resposta de 5ms, profundidade de cor de 16,7 milhões de cores, distância entre pixels de 0,2745mm (horizontal e vertical) e área ativa de imagem de 527,04 x 296,46mm. A conectividade deverá incluir no mínimo uma entrada HDMI 1.4 e uma entrada VGA, possibilitando compatibilidade com diversos equipamentos. O equipamento deverá contar com ajuste de inclinação, com ajuste físico (base giratória) para uso vertical, com ajuste de altura e rotação, permitindo virar a tela fisicamente. As dimensões aproximadas do monitor (com base) devem ser de 60cm (largura) x 39cm (altura) x 11,5cm (profundidade). O consumo máximo de energia deverá ser classificado na categoria A, com alimentação via adaptador de energia compatível. O monitor deverá ser entregue acompanhado de cabo HDMI, cabo de força e manual de instruções. Garantia mínima de 12 meses, meses, contados a partir da data de entrega definitiva.	626432	UNIDADE	34	R\$ 990,50	R\$ 33.677,00
7	<b>MÍDIA BLU-RAY</b> Mídia Blu-ray; Bd-r, Camada Simples, Face Simples; Tipo óptica gravável; 25gb; velocidade de gravação 4x; embalado em estojo Individual em acrílico, lacrado, com todas as identificações: características e fabricante.	394468	UNIDADE	200	R\$ 34,96	R\$ 6.992,00

8	<b>NOBREAK</b> Alimentador Automático de Tensão; Tecnologia Online Senoidal de Dupla Conversão; Potência Mínima Suportada 10.000va / 10.000w; Rendimento a Plena Carga Mínimo de 87%; Tensão de Entrada 220v; Variação de Tensão de Entrada 176 a 280v; Frequência de Entrada 50/60 Hz; Fator de Potência 0,99 Na Entrada e 1,00 Na Saída; Isolamento de Entrada Isolação Galvânica; Tensão de Saída 110v / 220v / 110v + 110v; Variação Da Tensão de Saída de +/- 2%; Distorsão Harmônica Menor Que 3%; Forma de Onda Senoidal Pura; Proteção Contra Variações de Frequência Da Rede Elétrica; Queda de Rede (blackout); Tipo de Baterias Seladas - Vira - Livre de Manutenção; Com Autonomia Mínima de 70 Minutos Com 25% de Carga não Linear; Tempo Máximo de Recarga Das Baterias de 8 Horas; Software de Gerenciamento Compatível Com Windows 10; Interface de Comunicação Rs-232 / Usb / Slot de Comunicação Cartão de Comunicação Smp; Leds de Sinalização para Line/bateria/falhas/etc; Visual e Sonoro; Gabinete Em Aco, Tipo Torre; By Pass Automático e Chave Bypass de Manutenção; Quantidade de Saídas Bomes + 8 Tomadas (mínimo) Padrão Nbr 14136; Chave Liga/desliga Botão Liga/desliga, Comandos Via Teclado Frontal / Display Lcd; On-site; Com Manual Em Português; Com Transformador Isolador - Hotswap de Baterias - Cabo de Energia; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Abnt Nbr 15014; de Acordo Com a Norma Vigente, tecnologia online dupla conversão, potência: 10 kva, fator de potência de saída: 1,0, tensão de entrada: 220v (fnt ou ftt), tensão de saída selecionável: modelo auto trafo: 110/220v, com autotransformador integrado, sistema hot swap de baterias, Função economia de energia, expansão de autonomia, forma de onda senoidal pura para máxima compatibilidade, proteção total contra quedas, surtos e variações da rede elétrica, Display LCD Touch Screen com indicação de tensão de entrada, tensão de saída, potência consumida, carga da bateria e status operacional, com manual em português e com garantia mínima de 12 meses;.	474218	UNIDADE	03	R\$ 17.999,90	R\$ 53.999,70
					TOTAL	R\$ 316.962,90

15.1.1. Em[ESP64] caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

15.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

15.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como COMUNS [ESP65], conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

15.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (NOVENTA) dias, contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação[ESP66].



# Subcontratação

15.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 16. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência<sup>[ESP67]</sup>.

16.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000043/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 05/06/2025;

III) Id do item no PCA: [245 AO 250];

IV) Classe/Grupo: 7090 - SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA – TIC; 7030 - EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS; 7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES ; 7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES ; 7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES; 7030 - EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 180106-25/2026.

## 17. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

17.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência<sup>[ESP68]</sup>.

## 18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

18.1. <sup>[ESP69]</sup>

### Garantia da contratação

18.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS<sup>[ESP70]</sup>

Em cumprimento ao inciso III do art. 48 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), o(s) item(ns)

- 01) **TECLADO P/CPU** plug and play, na cor preta; teclas de função na posição horizontal, quiet touch, a prova de líquidos; disposição das teclas padrão Abnt2, co no mínimo 107 teclas, layout para o windows, Impressão a Laser; com conector Usb; teclas em perfil profundo, altura ajustável, teclado numérico, largura mínima 45cm, altura mínima 15cm, comprimento do cabo: mínimo de 150mm, garantia mínima 12 meses.
- 02) **MOUSE ÓPTICO** confeccionado em plástico; cor preta, óptico com fio; sensor óptico de 1600 DPI, com 3 botões, incluindo Scroll Wheel; ambidestro e ergonômico, compatível com Windows 7, 10 ou versões superiores; com conector Usb 2.0; Tamanho do cabo: mínimo de 1,80 metros plug and play, garantia mínima 12 Meses.
- 03) **PEN DRIVE 256GB** 256GB, Velocidade: USB 3.2 Gen 1, com proteção na tampa para proteger o plugue USB, Velocidade de leitura: até 70 MB/s, Velocidade de gravação: até 10 MB/s, com garantia mínima 12 meses
- \*04) **DISCO RÍGIDO: HD EXTERNO – 12TB** tecnologia do HD – disco rígido mecânico, interface HD: USB 3.0, capacidade de armazenamento e velocidade de rotação 7200 RPM, conexão USB, com cabo Usb 3.0 de no mínimo 120 cm, com fonte de alimentação; garantia mínima de 12 meses (NAO POSSUI PREFERÊNCIA)
- 05) **DISCO SSD** Disco rígido, padrão SSD, externo, capacidade de Armazenamento: 2TB, Velocidade de Leitura: 2.000 MB/s, Velocidade de Gravação: 2.000 MB/s, Suporte Sistema Operacional: Windows e macOS, Com Interface de Conexão USB 3.2 Gen 2x2 (20Gb/s), USB 3.0, USB 2.0, Entradas Saídas: 1x USB-C (USB 3.1/3.2 Gen 2), Garantia mínima de 12 meses.
- 06) **MONITOR DE LED** de 23,8 polegadas, com resolução Full HD+ de 1920x1080 pixels, taxa de atualização de 75Hz e proporção Widescreen 16:9, com painel do tipo IPS, com superfície plana (flat), brilho: mínimo de 200 cd/m², contraste de 1000:1, tempo de resposta de 5ms, profundidade de cor de 16,7 milhões de cores, distância entre pixels de 0,2745mm (horizontal e vertical) e área ativa de imagem de 527,04 x 296,46mm. A conectividade deverá incluir no mínimo uma entrada HDMI 1.4 e uma entrada VGA, possibilitando compatibilidade com diversos equipamentos. O equipamento deverá contar com ajuste de inclinação, com ajuste físico (base giratória) para uso vertical, com ajuste de altura e rotação, permitindo virar a tela fisicamente. As dimensões aproximadas do monitor (com base) devem ser de 60cm (largura) x 39cm (altura) x 11,5cm (profundidade). O consumo máximo de energia deverá ser classificado na categoria A, com alimentação via adaptador de energia compatível. O monitor deverá ser entregue acompanhado de cabo HDMI, cabo de força e manual de instruções. Garantia mínima de 12 meses, meses, contados a partir da data de entrega definitiva
- 07) **MÍDIA BLU-RAY** Mídia Blu-ray; Bd-r, Camada Simples, Face Simples; Tipo óptica gravável; 25gb; velocidade de gravação 4x; embalado em estojo Individual em acrílico, lacrado, com todas as identificações: características e fabricante.
- 08) **NOBREAK** NOBREAK: Alimentador Automático de Tensão; Tecnologia Online Senoidal de Dupla Conversão; Potencia Mínima Suportada 10.000va / 10.000w; Rendimento a Plena Carga Mínimo de 87%; Tensão de Entrada 220v; Variação de Tensão de Entrada 176 a 280v; Frequência de Entrada 50/60 Hz; Fator de Potencia 0,99 Na Entrada e 1,00 Na Saída; Isolamento de Entrada Isolação Galvânica; Tensão de Saída 110v / 220v / 110v + 110v; Variação Da Tensão de Saída de +/- 2%; Distorção Harmônica Menor Que 3%; Forma de Onda Senoidal Pura; Proteção Contra Variações de Frequência Da Rede Elétrica; Queda de Rede (blackout); Tipo de Baterias Seladas - Vlr - Livre de Manutenção; Com Autonomia Mínima de 70 Minutos Com 25% de Carga não Linear; Tempo Máximo de Recarga Das Baterias de 8 Horas; Software de Gerenciamento Compatível Com Windows 10; Interface de Comunicação Rs-232 / Usb / Slot de Comunicação Cartão de Comunicação Snmp; Leds de Sinalização para Line/bateria/falhas/etc; Visual e Sonoro; Gabinete Em Aço, Tipo Torre; By Pass Automático e Chave Bypass de Manutenção; Quantidade de Saídas Bornes + 8 Tomadas (mínimo) Padrão Nbr 14136; Chave Liga/desliga Botão Liga/desliga, Comandos Via Teclado Frontal / Display Lcd; On-site; Com Manual Em Português; Com Transformador Isolador - Hotswap de Baterias - Cabo de Energia; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Abnt Nbr 15014; de Acordo Com a Norma Vigente, tecnologia online dupla conversão, potência: 10 kva, fator de potência de saída: 1,0, tensão de entrada: 220v (fnt ou ftf), tensão de saída selecionável: modelo auto trafo: 110/220v, com autotransformador integrado, sistema hot swap de baterias, Função economia de energia, expansão de autonomia, forma de onda senoidal pura para máxima compatibilidade, proteção total contra quedas, surtos e variações da rede elétrica, Display LCD Touch Screen com indicação de tensão de entrada, tensão de saída, potência consumida, carga da bateria e status operacional, com manual em português e com garantia mínima de 12 meses;

1,2,3,5,6,7 e 8 constitui(em) cota(s) reservada(s) para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488](#).

de 2007 (ME/EPP/EQUIPARADAS), observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência. O item 04 devido ao valor , será ABERTO

18.2.1. Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será efetuada negociação para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor.

## 19. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega<sup>[ESP71]</sup>

19.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

19.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois ) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

19.3. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço( s<sup>[ESP72]</sup> ) [Rua Sylvio Campolim, nº 545, Jardim América, Sorocaba/SP, CEP: 18046-800, Telefone: (15) 3221-2200, no período das 8h às16h. A entrega será formalizada junto ao Setor de Materiais - Almoxarifado]

### Garantia, manutenção e assistência técnica<sup>[ESP73]</sup>

19.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor)

## 20. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

20.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ( [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#) ).

### Fiscalização Técnica

20.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

20.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

20.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ( [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

20.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

20.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

### Fiscalização Administrativa

20.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso II e III).

20.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

20.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

### Gestor do Contrato

20.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

20.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

20.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

20.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ( [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

20.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

20.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

# 21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

## Recebimento

21.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

21.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias<sup>[ESP74]</sup>, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

21.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias<sup>[ESP75]</sup> úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

21.4. *No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis<sup>[ESP76]</sup>.*

21.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

21.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

21.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

21.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato<sup>[ESP77]</sup>.

## Liquidação

21.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

21.9.1. *O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021<sup>[ESP78]</sup>.*

21.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

21.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

21.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

21.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

21.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

21.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

## Prazo de pagamento

21.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

21.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

## Forma de pagamento

21.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

21.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

21.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

21.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.23. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional<sup>[ESP79]</sup>, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e*

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 22. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO] Forma de fornecimento

22.1. O fornecimento do objeto será *com entrega imediata*.

### Exigências de habilitação <sup>[ESP80]</sup>

22.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

22.3. **Pessoa física** <sup>[ESP81]</sup> : *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

22.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

22.5. **Microempreendedor Individual - MEI** <sup>[ESP82]</sup> : *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;*

22.6. **Sociedade empresária** <sup>[ESP83]</sup> : inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

22.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

22.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

22.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

22.10. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

22.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

22.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas *ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso* <sup>[ESP84]</sup> ;

22.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

22.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

22.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

22.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

22.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS <sup>[e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital]</sup> <sup>[ESP85]</sup> quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

22.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

22.19. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal* <sup>[ESP86]</sup> .

### Qualificação Econômico-Financeira

22.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

22.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

22.22. <sup>[ESP87]</sup>

### Outras comprovações

22.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

22.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

22.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

22.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

- 22.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 22.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 22.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 22.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores<sup>[ESP88]</sup>.

## 23. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 23.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 316.962,90 (trezentos e dezesseis mil novecentos e sessenta e dois reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos [na tabela acima O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023](#)].
- 23.2. .
- 23.3. .

## 24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado<sup>[ESP89]</sup>.
- 24.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: [00001/180106];
  - II) Fonte de Recursos: [150010001];
  - III) Programa de Trabalho: [180205];
  - IV) Elemento de Despesa: [339030];
- 24.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Sorocaba, 20 de Fevereiro de 2026

Octavio Augusto Pires de Camargo  
Agente de Contratação

ANEXO I.1

### Estudo Técnico Preliminar 3/2026

#### 1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00006456/2026-29

#### 2. Descrição da necessidade

MATERIAIS DE INFORMÁTICA: TECLADO, MOUSE, PENDRIVE, ETC

Este ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda – DFD e se refere a aquisição teclados, mouses, pen drives, HD externo, SSD externo, monitores, mídias Blu-Ray e Nobreak.

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar a fim de subsidiar a aquisição de equipamentos de informática para atender as necessidades deste Departamento, em especial pelo setor – Unidade de Inteligência Policial, como também a Divisão Especializada de Investigações Criminais - DEIC Sorocaba.

A principal finalidade desta aquisição é promover a execução das atividades de Polícia Judiciária, administrativa e preventiva, de forma especializada, sendo que, a compilação de dados extraídos em “Programas de Inteligência Policial”, uma das principais fontes para a persecução criminal.

A solicitação tem como objetivo: intensificar o uso da tecnologia na atuação policial, e como estratégia: desenvolver e aprimorar ferramentas de tecnologia, com o fortalecimento de sistemas operacionais/administrativos, de tecnologia da informação.

Destaca-se que este estudo tem por objetivo identificar e analisar a viabilidade da aquisição de suprimentos e dispositivos de informática, como: teclado, mouse, pen drive, HD externo, SSD externo, monitor, mídia Blu-Ray e Nobreak, sendo que, parte desses materiais são utilizados para arquivamento dos dados digitais com uma maior segurança.

Embora os computadores sejam avançados, as exigências crescentes dos sistemas, sobretudo no que tange aos relacionados às investigações complexas, têm causado lentidão no desempenho, afetando a eficiência dos processos e a entrega dos resultados. Para manter e aumentar a eficácia das investigações é fundamental a aquisição de dispositivos de informática, como disco sólido SSD e HD Externo.

Devido a complexidade das atividades desempenhadas pelos Policiais Civis, a utilização de equipamentos eficientes e de qualidade é de suma importância, garantindo o armazenamento seguro de arquivos importantes e sigilosos, como também, possibilitando o transporte desses arquivos entre diferentes equipamentos. Visa principalmente modernizar e otimizar o sistema de armazenamento de dados, melhorando a performance e a confiabilidade dos dados coletados.



As quantidades solicitadas dos materiais: Teclado, Mouse, Pen Drive foram determinadas através de levantamentos internos, ou seja, através da distribuição realizada pelo setor de Almoxarifado, no ano anterior e uma estimativa da demanda futura.

A aquisição se justifica face o interesse público presente de atender as necessidades institucionais e suprimindo as demandas correntes, possibilitando o adequado funcionamento das atividades de atendimento ao público interno e externo.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender à crescente demanda de infraestrutura tecnológica deste DEPARTAMENTO e de suas Unidades Subordinadas (UEP-7 e DEIC), visando garantir a operação eficiente das atividades técnico-administrativas e operacionais. A substituição por máquinas mais novas vem sendo realizada de forma gradual, no entanto, parte dos funcionários que laboram na DEIC utilizam-se de duas telas (monitores) para a otimização dos trabalhos realizados e em especial, as telas (monitores) auxiliares, são equipamentos mais antigos e devido a sua constante utilização, vem apresentando falhas já não mais sanáveis, justificando-se assim, a aquisição de novas telas (monitores).

Monitores: A aquisição de monitores 4K (Ultra HD) será essencial para a melhoria das condições de trabalho dos servidores. O suporte adicional proporcionará maior praticidade e adequação ao ambiente de trabalho, garantindo conforto e eficiência nas tarefas diárias.

Para tanto, a aquisição de teclados, mouses, pen drives, HD externo, SSD externo, monitores e mídias Blu-Ray se faz necessária para otimizar tanto a conectividade, como também melhora nas condições de trabalho, proporcionando um ambiente mais adequado e eficiente para os servidores.

De forma excepcional e emergencial foi inserido neste ETP a aquisição de sistemas de alimentação de potência ininterrupta, conhecidos como nobreaks, para uso em conjunto com equipamentos e acessórios computacionais (sistemas) das salas técnicas deste Departamento, em especial, os setores: Telemática e a Unidade de Inteligência Policial, de forma a propiciar uma maior segurança para os dados coletados, sem que exista impactos exteriores, como queda abrupta de energia e apagões.

### 3. Área requisitante

SETOR – ALMOXARIFADO - ADRIANA CIOLETTI MANTOVANI  
DEIC - RODRIGO LUVISON RONDELLO

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A aquisição dos itens enquadra-se na classificação de bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

A contratação dar-se-á por meio da modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento por menor preço e melhor qualidade. A aquisição deverá considerar a proposta mais vantajosa.

O fornecimento dos produtos deverá estar de acordo com as especificações constantes neste ETP e no Termo de Referência.

A formalização da contratação dar-se-á através de NOTA DE EMPENHO.

A aquisição deverá considerar a promoção do desenvolvimento nacional sustentável constituindo a finalidade de contratação pública, incorporando à proposta mais vantajosa novos contornos consubstanciados na satisfação, em termos econômicos e ambientais.

Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens apropriadas, com rótulos com informações claras, e atender à especificações deste ETP, como do Termo de Referência, e ainda: estarem acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar na embalagem a descrição do material e incluindo: marca, modelo, dados do fabricante/importador, código de referência, data de fabricação e validade ou garantia, de acordo com suas características, bem como o número de série e/ou lote do produto e certificações.

O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão e envio da Nota de Empenho.

A entrega deverá ser realizada em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário compreendido das 08h às 16h, no seguinte endereço: Rua Sylvio Campolim, nº 545, Jardim América, Sorocaba/SP – CEP 18046-800 (Setor de Almoxarifado).

Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos, todos os produtos por serem perecíveis, devem observar o prazo de validade mínima na data da entrega previsto no termo de referência.

Na proposta de preços deverá ser apresentado o catálogo, com a imagem do produto e com toda a sua descrição: nome, modelo e marca do bem que irá fornecer. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do(s) objeto(s).

A Contratada se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.

Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a contratante, na hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados e /ou com quaisquer outras falhas.

Validade dos itens: conforme indicado na especificação.

- Para os produtos devem ser observado o seguinte:

a) Item: TECLADO PARA MICROCOMPUTADOR: plug and play, na cor preta; teclas de função na posição horizontal, quiet touch, a prova de líquidos; disposição das teclas padrão Abnt2, com no mínimo 107 Teclas, layout para o windows, Impressão a Laser; com conector Usb; teclas em perfil profundo, altura ajustável, teclado numérico, largura mínima 45cm, altura mínima 15cm, comprimento do cabo: mínimo de 150mm, garantia mínima 12 meses.

b) Item MOUSE ÓPTICO: confeccionado em plástico; cor preta, óptico com fio; sensor óptico de 1600 DPI, com 3 botões, incluindo Scroll Wheel; ambidestro e ergonômico, compatível com Windows 7, 10 ou versões superiores; com conector Usb 2.0; Tamanho do cabo: mínimo de 1,80 metros plug and play, garantia mínima 12 Meses.

c) Item: PEN DRIVE: Capacidades: 256GB, Velocidade: USB 3.2 Gen 1, com proteção na tampa para proteger o plugue USB, Velocidade de leitura: até 70 MB/s, Velocidade de gravação: até 10 MB/s, com garantia mínima 12 meses.

d) Item: DISCO RÍGIDO: HD EXTERNO – 12TB – tecnologia do HD – disco rígido mecânico, interface HD: USB 3.0, capacidade de armazenamento e velocidade de rotação 7200 RPM, conexão USB, com cabo Usb 3.0 de no mínimo 120 cm, com fonte de alimentação; garantia

mínima de 12 meses.

e) Item: DISCO SSD: Disco rígido, padrão SSD, externo, capacidade de Armazenamento: 2TB, Velocidade de Leitura: 2.000 MB/s, Velocidade de Gravação: 2.000 MB/s, Suporte Sistema Operacional: Windows e macOS, Com Interface de Conexão USB 3.2 Gen 2x2 (20Gb/s), USB 3.0, USB 2.0, Entradas Saídas: 1x USB-C (USB 3.1/3.2 Gen 2), Garantia mínima de 12 meses.

f) Item: MONITOR: LED de 23,8 polegadas, com resolução Full HD+ de 1920x1080 pixels, taxa de atualização de 75Hz e proporção Widescreen 16:9, com painel do tipo IPS, com superfície plana (flat), brilho: mínimo de 200 cd/m<sup>2</sup>, contraste de 1000:1, tempo de resposta de 5ms, profundidade de cor de 16,7 milhões de cores, distância entre pixels de 0,2745mm (horizontal e vertical) e área ativa de imagem de 527,04 x 296,46mm. A conectividade deverá incluir no mínimo uma entrada HDMI 1.4 e uma entrada VGA, possibilitando compatibilidade com diversos equipamentos. O equipamento deverá contar com ajuste de inclinação, com (base giratória) para uso vertical, com ajuste físico de altura e rotação, permitindo virar a tela fisicamente. As dimensões aproximadas do monitor (com base) devem ser de 60cm (largura) x 39cm (altura) x 11,5cm (profundidade). O consumo máximo de energia deverá ser classificado na categoria A, com alimentação via adaptador de energia compatível. O monitor deverá ser entregue acompanhado de cabo HDMI, cabo de força e manual de instruções. Garantia mínima de 12 meses, meses, contados a partir da data de entrega definitiva.

e) Item: MÍDIA BLU-RAY: Mídia Blu-ray; Bd-r, Camada Simples, Face Simples; Tipo óptica gravável; 25gb; velocidade de gravação 4x; embalado em estojo Individual em acrílico, lacrado, com todas as identificações: características e fabricante.

f) Item: NOBREAK: Alimentador Automático de Tensão; Tecnologia Online Senoidal de Dupla Conversão; Potência Mínima Suportada 10.000va / 10.000w; Rendimento a Plena Carga Mínimo de 87%; Tensão de Entrada 220v; Variação de Tensão de Entrada 176 a 280v; Frequência de Entrada 50/60 Hz; Fator de Potência 0,99 Na Entrada e 1,00 Na Saída; Isolamento de Entrada Isolação Galvânica; Tensão de Saída 110v / 220v / 110v + 110v; Variação Da Tensão de Saída de +/- 2%; Distorção Harmônica Menor Que 3%; Forma de Onda Senoidal Pura; Proteção Contra Variações de Frequência Da Rede Elétrica; Queda de Rede (blackout); Tipo de Baterias Seladas - Vlr - Livre de Manutenção; Com Autonomia Mínima de 70 Minutos Com 25% de Carga não Linear; Tempo Máximo de Recarga Das Baterias de 8 Horas; Software de Gerenciamento Compatível Com Windows 10; Interface de Comunicação Rs-232 / Usb / Slot de Comunicação Cartão de Comunicação Snmp; Leds de Sinalização para Line/bateria/falhas/etc; Visual e Sonoro; Gabinete Em Aco, Tipo Torre; By Pass Automático e Chave Bypass de Manutenção; Quantidade de Saídas Bornes + 8 Tomadas (mínimo) Padrão Nbr 14136; Chave Liga/desliga Botão Liga/desliga, Comandos Via Teclado Frontal / Display Lcd; On-site; Com Manual Em Português; Com Transformador Isolador - Hotswap de Baterias - Cabode Energia; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Abnt Nbr 15014; de Acordo Com a Norma Vigente, tecnologia online dupla conversão, potência: 10 kva, fator de potência de saída: 1,0, tensão de entrada: 220v (fnt oufft), tensão de saída selecionável: modelo auto trafo: 110/220v, com autotransformador integrado, sistema hot swap de baterias, Função economia de energia, expansão de autonomia, forma de onda senoidal pura para máxima compatibilidade, proteção total contra quedas, surtos e variações da rede elétrica, Display LCD Touch Screen com indicação de tensão de entrada, tensão de saída, potência consumida, carga da bateria e status operacional, com manual em português e com garantia mínima de 12 meses;

Consórcio: Não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.

Indicação de marca e modelo: para esta contratação não haverá indicação de marca específica.

Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. Levantamento de Mercado

Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade da solução, foram priorizadas pesquisas publicadas em mídias especializadas, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo Café e biscoitos diversos objetos desta demanda são insumos essenciais para serem servidas neste Departamento, sede Administrativa, DEIC e UEP, Sorocaba, proporcionando estímulos e satisfação no ambiente de trabalho, e agentes públicos visitantes (autoridades, e outros públicos-alvo, etc). Ademais, quase a totalidade dos itens solicitados inexistem no estoque, ou encontram-se na faixa do estoque-mínimo, fazendo-se necessária a reposição.

## 6. Descrição da solução como um todo

A Contratada efetuará a entrega dos materiais junto ao DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR - DEINTER 7 – SOROCABA, situado na Rua Sylvio Campolim, nº 545, Jardim América, Sorocaba/SP, CEP: 18046-800, Telefone: (15) 3221-2200, no período das 8h às 16h. A entrega será formalizada junto ao Setor de Materiais - Almoxarifado.

A Nota de Empenho da aquisição será encaminhada ao responsável pelo Setor de Materiais - Almoxarifado, através de e-mail, ou outro meio de comunicação, logo após sua emissão, onde estará indicada a data máxima para a entrega dos materiais.

A empresa CONTRATADA deverá fornecer os materiais adequadamente acondicionados e em perfeitas condições de uso e conservação, sendo os mesmos certificados pelos (Órgãos reguladores) com prazo de validade, conforme discriminado no Termo de Referência e Proposta do fornecedor, a contar do seu recebimento/execução definitivo.

Os materiais que apresentarem defeitos, ou quaisquer irregularidades deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação da contratante, sem qualquer custo adicional a este Órgão.

Quanto ao julgamento e classificação das propostas será observado o critério "qualidade", definidos no Edital. Nesse sentido, a Administração deve empreender esforços para adquirir materiais mais vantajosos, após análise quanto ao aspecto econômico e técnico.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem adquiridas foram apontadas após serem realizadas a análise da demanda, realizada pelo Setor de Materiais - Almoxarifado, setor este, responsável pelo recebimento e distribuição. A metodologia adotada para a verificação dos quantitativos a serem licitados se deu por análise do histórico de consumo/distribuição, do exercício anterior. A descrição e quantidades estão expressas na tabela abaixo:

SEQ	SIATFISICO	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD	UNID. FORNEC.		VALOR - MEDIANA
					COMPRAS	BEC	
1	4713311	451819	<b>TECLADO P/CPU</b> plug and play, na cor preta; teclas de função na posição horizontal, quiet touch, a prova de líquidos; disposição das teclas padrão Abnt2, co no mínimo 107 teclas, layout para o windows, Impressão a Laser; com conector Usb; teclas em perfil profundo, altura ajustável, teclado numérico, largura mínima 45cm, altura mínima 15cm, comprimento do cabo: mínimo de 150mm, garantia mínima 12 meses.	50	UNIDADE	1-UNIDADE  NAT. DESPESA 339030-61	R\$ 59,90
2	5289025	457752	<b>MOUSE ÓPTICO</b> confeccionado em plástico; cor preta, óptico com fio; sensor óptico de 1600 DPI, com 3 botões, incluindo Scroll Wheel; ambidestro e ergonômico, compatível com Windows 7, 10 ou versões superiores; com conector Usb 2.0; Tamanho do cabo: mínimo de 1,80 metros plug and play, garantia mínima 12 Meses.	50	UNIDADE	1-UNIDADE  NAT. DESPESA 339030-61	R\$ 37,19
3	5818893	434326	<b>PEN DRIVE 256GB</b> 256GB, Velocidade: USB 3.2 Gen 1, com proteção na tampa para proteger o plugue USB, Velocidade de leitura: até 70 MB/s, Velocidade de gravação: até 10 MB/s, com garantia mínima 12 meses	120	UNIDADE	1-UNIDADE  NAT. DESPESA 339030-60	R\$ 179,00
4	6098878	602371	<b>DISCO RÍGIDO: HD EXTERNO – 12TB</b> tecnologia do HD – disco rígido mecânico, interface HD: USB 3.0, capacidade de armazenamento e velocidade de rotação 7200 RPM, conexão USB, com cabo Usb 3.0 de no mínimo 120 cm, com fonte de alimentação; garantia mínima de 12 meses.	72	UNIDADE	1-UNIDADE  NAT. DESPESA 339030-61	R\$ 2055,00
5	5896428	486471	<b>DISCO SSD</b> Disco rígido, padrão SSD, externo, capacidade de Armazenamento: 2TB, Velocidade de Leitura: 2.000 MB/s, Velocidade de Gravação: 2.000 MB/s, Suporte Sistema Operacional: Windows e macOS, Com Interface de Conexão USB 3.2 Gen 2x2 (20Gb/s), USB 3.0, USB 2.0, Entradas Saídas: 1x USB-C (USB 3.1/3.2 Gen 2), Garantia mínima de 12 meses.	30	UNIDADE	1-UNIDADE  NAT. DESPESA 339030-61	R\$ 1599,99
6	4606736	626432	<b>MONITOR DE LED</b> de 23,8 polegadas, com resolução Full HD+ de 1920x1080 pixels, taxa de atualização de 75Hz e proporção Widescreen 16:9, com painel do tipo IPS, com superfície plana (flat), brilho: mínimo de 200 cd/m², contraste de 1000:1, tempo de resposta de 5ms, profundidade de cor de 16,7 milhões de cores, distância entre pixels de 0,2745mm (horizontal e vertical) e área ativa de imagem de 527,04 x 296,46mm. A conectividade deverá incluir no mínimo uma entrada HDMI 1.4 e uma entrada VGA, possibilitando compatibilidade com diversos equipamentos. O equipamento deverá contar com ajuste de inclinação, com ajuste físico (base giratória) para uso vertical, com ajuste de altura e rotação, permitindo virar a tela fisicamente. As dimensões aproximadas do monitor (com base) devem ser de 60cm (largura) x 39cm (altura) x 11,5cm (profundidade). O consumo máximo de energia deverá ser classificado na categoria A, com alimentação via adaptador de energia compatível. O monitor deverá ser entregue acompanhado de cabo HDMI, cabo de força e manual de instruções. Garantia mínima de 12 meses, meses, contados a partir da data de entrega definitiva	34	UNIDADE	1-UNIDADE  NAT. DESPESA 339030-61	R\$ 990,50
7	4204859	394468	<b>MÍDIA BLU-RAY</b> Mídia Blu-ray: Bd-r, Camada Simples, Face Simples; Tipo óptica gravável; 25gb; velocidade de gravação 4x; embalado em estojo individual em acrílico, lacrado, com todas as identificações: características e fabricante.	200	UNIDADE	1-UNIDADE  NAT. DESPESA 339030-60	R\$ 34,96
8	5827400	474218	<b>NOBREAK</b> NOBREAK: Alimentador Automático de Tensão; Tecnologia Online Senoidal de Dupla Conversão; Potência Mínima Suportada 10.000va / 10.000w; Rendimento a Plena Carga Mínimo de 87%; Tensão de Entrada 220v; Variação de Tensão de Entrada 176 a 280v; Frequência de Entrada 50/60 Hz; Fator de Potência 0,99 Na Entrada e 1,00 Na Saída; Isolamento de Entrada Isolação Galvânica; Tensão de Saída 110v / 220v / 110v + 110v; Variação Da Tensão de Saída de +/- 2%; Distorção Harmônica Menor Que 3%; Forma de Onda Senoidal Pura; Proteção Contra Variações de Frequência Da Rede Elétrica; Queda de Rede (blackout); Tipo de Baterias Seladas - Vira - Livre de Manutenção; Com Autonomia Mínima de 70 Minutos Com 25% de Carga não Linear; Tempo Máximo de Recarga Das Baterias de 8 Horas; Software de Gerenciamento Compatível Com Windows 10; Interface de Comunicação Rs-232 / Usb / Slot de Comunicação Cartão de Comunicação Snpmp; Leds de Sinalização para Line/bateria/altas/etc; Visual e Sonoro; Gabinete Em Aco, Tipo Torre; By Pass Automático e Chave Bypass de Manutenção; Quantidade de Saídas Bomes + 8 Tomadas (mínimo) Padrão Nbr 14136; Chave Liga/desliga Botão Liga/desliga, Comandos Via Teclado Frontal / Display Led, On-site; Com Manual Em Português; Com Transformador Isolador - Hotswap de Baterias - Cabo de Energia; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Abnt Nbr 15014; de Acordo Com a Norma Vigente, tecnologia online dupla conversão, potência: 10 kva, fator de potência de saída: 1,0, tensão de entrada: 220v (frit ou fte), tensão de saída selecionável: modelo auto trafo: 110/220v, com autotransformador integrado, sistema hot swap de baterias, Função economia de energia, expansão de autonomia, forma de onda senoidal pura para máxima compatibilidade, proteção total contra quedas, surtos e variações da rede elétrica, Display LCD Touch Screen com indicação de tensão de entrada, tensão de saída, potência consumida, carga da bateria e status operacional, com manual em português e com garantia mínima de 12 meses.	3	UNIDADE	1-UNIDADE  NAT. DESPESA 339030-61	R\$ 17.999,90

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 316.962,90

Estimativa do valor total da contratação é de R\$ 316.963,10 (trezentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e três reais e dez centavos).

A análise dos preços estipulados como valores de referência para a aquisição dos materiais de consumo – diversos materiais de informática, como: teclado, mouse, pen drive, HD externo, Disco SSD externo, Monitor, mídia Blu-ray e Nobreak.

Foram utilizados 03 (três) parâmetros: Pesquisas realizadas através de meios eletrônicos- Internet; Pesquisas realizadas com prazo máximo de 180 dias; e a variação máxima dos valores de 30% (trinta por cento). Na pesquisa de preços foi utilizado como metodologia para obtenção do preço de referência a média de 03 (três) valores obtidos nas pesquisas, desconsiderando os valores inexequíveis e os excessivamente elevados em coerência aos que são praticados no mercado. Em face do exposto e, sob análise de todos os aspectos atinentes a realização das pesquisas de preços, atendendo as Normas pertinentes, ratifica-se a pesquisa de preços realizada para aquisição dos materiais. Não há a necessidade de que o processo licitatório tenha orçamento sigiloso. A descrição e quantidades estão expressas na tabela abaixo:

ITEM	U.FORN.COMPRAS	QTD	DESCRIÇÃO	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	UNIDADE	50	TECLADO P/ CPU	R\$ 59,90	R\$ 2.995,00
2	UNIDADE	50	MOUSE ÓPTICO	R\$ 37,19	R\$ 1.859,50
3	UNIDADE	120	PEN DRIVE 256 GB	R\$ 179,00	R\$ 21.480,00
4	UNIDADE	72	HD EXTERNO 12 TB	R\$ 2.055,00	R\$ 147.960,00
5	UNIDADE	30	DISCO SSD EXT. 2 TB	R\$ 1.599,99	R\$ 47.999,70
6	UNIDADE	34	MONITOR DE LED	R\$ 990,50	R\$ 33.677,00
7	UNIDADE	200	MÍDIA BLU-RAY	R\$ 34,96	R\$ 6.992,00
8	UNIDADE	3	NOBREAK	R\$ 17.999,90	R\$ 53.999,70

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica o parcelamento, uma vez que trata-se da aquisição de um único material, não havendo assim a necessidade de qualquer divisão em lotes.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há previsibilidade de contratações correlatas e /ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação almeja manter e propiciar uma melhora nas condições de trabalho desempenhada nas atividades de Polícia Judiciária. Os materiais previstos neste processo de compra estão de acordo com o planejamento anual do Almoxarifado e citada aquisição será realizada dentro da previsão orçamentária estabelecida, bem como, compôs o PCA, que encontra-se em execução, exercício de 2026. Exceto os aparelhos de NOBREAK, que de forma excepcional, dada a emergência para a sua aquisição, foi acrescentado neste ETP.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Escolha da proposta mais vantajosa e com melhor qualidade para a aquisição dos materiais apontados neste processo de compra.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações do ambiente deste Departamento, com vistas ao recebimento do material.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se verifica impactos ambientais na aquisição em questão. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara esta contratação.viável.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Por fim: Com base nas informações levantadas neste estudo técnico preliminar esclarecemos ser viável, do ponto de vista técnico e econômico a aquisição de diversos materiais de informática, como: teclado, mouse, pen drive, HD externo, Disco SSD externo, Monitor e Nobreak e para atender as necessidades deste Departamento, em especial pela – Unidade de Inteligência Policial, como também a Divisão Especializada de Investigações Criminais - DEIC Sorocaba.

16. Responsáveis

ADRIANA CIOLETTI MANTOVANI - AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES POLICIAL



# Governo do Estado de São Paulo

## NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2024NE

UG							
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO						
Data de Emissão							
CNPJ/CPF/UG							
Credor							
Endereço							
Cidade				UF		CEP	
Origem Material	1						

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTR

No Processo		Acordo	
Tipo de Empenho		Ref Dispensa	
Licitação		Modalidade	
Empenho Orig.		Nº Contrato	
			Nº OC

Valor do Empenho R\$	
----------------------	--

Cronograma		
	Mês	Valor

Sequência		Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					

Impresso pelo Siafisico





# Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

\_\_\_\_\_  
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

**ANEXO IV**

**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA**

**ANEXO IV.1[ESP1]**

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE SÃO PAULO INTERIOR – DEINTER 7 - SOROCABA**

**OBJETO:** Contratação de aquisição de materiais de Informática para Deinter 7 - Sorocaba

Processo 058.00006456/2026-29

Item	Descricao Produto	Valor Unitário	Valor Total
------	-------------------	----------------	-------------

Nome empresa

Cnpj

Data

Assinatura

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal[ESP2])

**ANEXO VI.1**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0105595061** e o código CRC **ED096B2C**.